



ATA da 3ª reunião da COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS
PARA TRATAR SOBRE A VIABILIDADE E IMPLANTAÇÃO DE VLT (VEÍCULO LEVE
SOBRE TRILHOS) NO MUNICÍPIO
REQUERIMENTO Nº7480 e 7697/2023

Aos 09 (nove) dias do mês de abril de 2024, às 15h:22min., na Sala de Comissões desta Casa de Leis, ocorreu a 3ª reunião da **Comissão Especial de Estudos**, criada pelos **requerimentos nº 7.480 e 7.697/2023**, tendo como objeto: **TRATAR SOBRE A VIABILIDADE E IMPLANTAÇÃO DE VLT (VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS NO MUNICÍPIO)**, a qual, através do **ato da presidência nº50/2023(publicado no DOM 15/12/2023)** nomeou como os vereadores membros: Alessandro Maraca (presidente com fundamento art.53, § do Regimento Interno), Brando Veiga (vice-presidente) e Renato Zucoloto (relator). Há quórum regimental. Iniciando a 3ª reunião o vereador presidente da comissão, na companhia do vereador relator, cumprimentou todos os presentes, fazendo breve explicação sobre o objeto e o que motivou a criação CEE, notadamente no fato de promover estudos para melhor entender sobre o VLT, apresentando propostas e projetos viáveis, para no futuro lamentar que a Câmara poderia ter se organizado e não se organizou para a questão do VLT. Feito isso, destacou e agradeceu a presença do convidado Caio Luz (especialista em Mobilidade Urbana e Ferroviária; Planejamento de Transporte, graduado em Ciências Políticas e autor do livro CPTM 30 anos Sobre Trilhos dentre outras qualificações curricular). Ressaltando e agradecendo também a presença dos participantes identificados na lista de presença que é parte integrante da presente ata de trabalho. O vereador presidente mencionou que após a segunda reunião da CEE se observou que a questão do VLT tem que se estender para as cidades circunvizinhas que estão praticamente conurbadas. Além disso, existe também os vazios urbanos provocados pelo abandono de trilhos, hoje administrada pela concessionária VLI, existindo também os canteiros centrais de grandes avenidas havendo a possibilidade de utilização para a transposição de VLT entre outros locais. Em considerações iniciais, o vereador membro Renato Zucoloto, fez os agradecimentos e saudações aos presentes, principalmente diante da presença do convidado Caio Luz que se tornou referência nacional em conhecimento sobre a matéria do VLT e trens. O vereador presidente mencionou que além dos presentes também foram convidados: todos os vereadores, representantes da secretaria da Casa Civil, ACI e OAB. Com a palavra o vereador André Rodini, após agradecimentos e saudações, destacou que o transporte sobre trilhos é fundamental para o desenvolvimento de Ribeirão Preto e região metropolitana, estando nesta reunião para aprender com o conhecimento do convidado. Em considerações iniciais o convidado Caio Luz, após agradecimentos e saudações, fez breve apresentação sobre seu vasto currículo. Elogiando os vereadores pela iniciativa de discutirem a questão do VLT, ressaltando a necessidade de discussão do VLT contemplando a região metropolitana de Ribeirão Preto. Informando que existem três principais modelos de veículos de média capacidade: monotrilho, BRT e VLT. Em que o monotrilho foi implementado na linha 15 da cidade de São Paulo, e a linha 17 ainda não foi finalizado e que estava prevista sua entrega para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Pois o monotrilho não é considerado ainda mais exitoso do ponto de vista custo/benefício, tendo o maior valor por quilometro de implantação em relação ao BRT e VLT e também custo de manutenção alto. Enfatizando que atualmente o BRT (corredor exclusivo de ônibus) o qual, é um serviço de menor valor de transporte, tendo como modelo mais exitoso aquele implementado na cidade de Curitiba, e será lançado em São Paulo o corredor ABD (Santo André, Bernardo, Matheus, Diadema e Brooklin) com as seguintes características: via segregada, sem parada para compra interna, serviço menor valor de implementação, mas, tem menor capacidade de transporte em relação ao VLT. Referente ao VLT tem a capacidade de transporte de 15.000 a 20.000 pessoas sentido/hora. Tendo como exemplos exitosos no estado de São Paulo, a Baixada Santista que liga as cidades de Santos e São Vicente, em que inicialmente foi difícil trazer as pessoas para utilizarem do VLT, mas, com transcorrer do tempo foi aumentando o interesse da população na sua utilização transportando atualmente 70.000 passageiros por dia, com 26 km de extensão. Ressaltando que é um veículo da ótica ambiental de energia limpa, pode utilizar os canteiros centrais das grandes avenidas (ocupando os vazios urbanos), utilizando inclusive toda a lógica semaforica, sendo o



modelo que melhor conversa com os modais de transporte. Sendo importante modernizar o transporte urbano municipal, principalmente referente a perda de usuários do transporte coletivo com diminuição mundial em 30% da demanda. Destacando a questão da Tarifa Zero, exemplificando a cidade de São Caetano com a tarifa zero que possui 08 linhas, diferente de Ribeirão Preto que são 120 linhas. Existindo na cidade de São Paulo o Domingão Tarifa Zero atualmente com 150 linhas. Com isso, fez duas provocações: a primeira é discutir o papel de Ribeirão Preto em liderar a implantação do VLT para o contexto metropolitano. A segunda questão é discutir a demanda, com estudo aprofundado sobre origem-destino. Deixando como sugestão buscar na Agência Metropolitana o organismo que está gerenciando a questão, buscando estabelecer este diálogo com o órgão estadual para realizarem esta pesquisa origem – destino, para identificar quais municípios (Região Metropolitana Ribeirão Preto) deverão ser contemplados na elaboração de eventual projeto para o VLT. Sendo que, as considerações iniciais foram gravadas em inteiro teor no formato audiovisual no tempo 00:11:42 à 00:26:20. Retomando a palavra o vereador presidente informou que a Região Metropolitana foi criada há alguns anos, porém, o problema que não ocorreu sua estruturação, em que o transporte neste primeiro momento seria a principal demanda, exemplificando que nem o mesmo o DDD tem resposta se foi unificado ou não. Com isso, esta CEE tem o compromisso para apresentar o estudo sobre a matéria. Neste sentido, perguntou ao convidado que pela sua estimativa pelo porte de Ribeirão Preto é preciso discutir esta questão do VLT neste momento? O convidado reafirmou a necessidade desta discussão do trilho e transporte de média mobilidade, sendo indispensável face a conurbação com os municípios circunvizinhos. Aos 00:30:45 da reunião o vereador membro Brando Veiga integrou os trabalhos da CEE. Com a palavra o vereador Renato Zucoloto, mencionou a realidade do município sobre a mobilidade urbana exemplificando o Plano de Mobilidade Urbana que se encontra em trâmite nesta Câmara Municipal, realizando comentários sobre a criação da Região Metropolitana no ano de 2016, em que lamentavelmente não ocorreu nenhum benefício para Ribeirão Preto e os municípios circunvizinhos, ressaltando a falta de planejamento nos novos espaços urbanos para eventual ocupação de VLT, bem como o problema da falta de encaixe da malha rodoviária urbana com a estadual agravado pela falta de comunicação pela ARTESP. Outra questão é o subsidiamento da tarifa de transporte coletivo que é um problema mundial, destacando a aprovação da lei no montante de R\$17.000.000,00 e R\$70.000.000,00, em que votou favorável por ser serviço essencial e público garantido na Constituição Federal (artigo 30 da CF), mesmo não havendo a contrapartida no bolo do orçamento da União. Diante deste contexto, perguntou ao convidado se o monotrilho inacabado previsto para época da Copa do Mundo de Futebol foi por falta de dinheiro ou planejamento? Pedindo ainda ao convidado que fizesse considerações sobre a tarifa zero, monotrilhos inacabados e projeto do governador Tarcísio sobre o transporte por trens intercidades. O convidado, informou que referente ao tema trens intercidades em 2009 participou da criação do Termo de Referência para contratação dos estudos de viabilidade econômica intercidades do trem para: Campinas, São José dos Campos e Santos. Quanto a linha 17 a empresa vencedora do certame faliu, agravado pelo período dos anos de 2013 a 2016 a questão da corrupção, não sendo necessariamente falta de recursos, em que a obra foi retomada. Referente ao tema da tarifa zero, mencionou que mais de 120 municípios utilizam este modelo, em que a partir de 2015/2016 ocorre a inclusão da mobilidade como um direito social na Constituição Federal. Sendo óbvio discutir o modelo de subsídio, e o governo federal deverá se posicionar e entrar nesta discussão porque os municípios não têm condições de arcar sozinhos com tal questão. Por essa razão, neste ano eleitoral será um dos fatores mais discutidos, porque será o caminho natural o governo subsidiar esta questão. Com a palavra o vereador membro Brando Veiga, após as considerações e saudações, exemplificou que no bairro Cristo Redentor na rua próxima ao Condomínio (perto da ex usina Galo Bravo) que tem gerado perigo de locomoção entre a rodovia e alça de acesso porque não tem a liberação do Estado para o trânsito fluir, fazendo com que os motoristas têm que fazer uma manobra, podendo dirigir na contramão e causar acidentes de trânsito. Exemplificando ainda como exemplo de poluente zero do transporte o VLT Santos e São Vicente. Com a palavra o vereador André Rodini informou que o local mencionado pelo vereador membro Brando Veiga é avenida Estevão Nomelini no bairro Heitor Rigon estando paralisado este pedido na ARTESP sendo símbolo da burocracia e falta de diálogo entre Estado e município. Referente ao tema da reunião ressaltou que é usuário ativo do transporte coletivo, em que um dos grandes problemas é o



entroncamento na alça de acesso nos Condomínios Guaporé dentre outros locais, e a solução seja o transporte de pessoas por trilhos. Ressaltando a necessidade de ser realizado o trabalho cultural de convencimento para a população utilizar o transporte coletivo. Reafirmando seu pedido para RP MOBI liberar e compartilhar os corredores de ônibus em horários que não sejam de pico, sendo preferencial e não exclusivamente utilizados pelos ônibus. Referente a tarifa zero tem que ser muito bem discutida com a sociedade, pois geralmente quem paga o subsídio é quem não usa o transporte coletivo. Retomando a palavra o vereador presidente perguntou se é importante a cidade ter o projeto para conseguir ser aprovado a instalação do VLT no município e região metropolitana. O convidado respondeu que quem tem projeto sai na frente, por isso, Ribeirão Preto sai na frente da discussão em alto nível desta questão. Reiterando a necessidade de viabilizar a pesquisa origem - destino para iniciar este projeto. O vereador presidente destacou que o município deve estar preparado, lembrando que o secretário Denis Eduardo Andia (Secretário Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades) incentivou a realização deste projeto, pois o Ministério abrirá recursos para financiamento de VLT, o qual, futuramente participará de reunião desta Comissão. Por conseguinte, o vereador presidente concedeu a palavra para os participantes. Em que, Luiz Umberto Menegussi (representante da AEAARP) ressaltou a necessidade da pesquisa origem – destino para saber qual destas modalidades de transporte (VLT, BRT) se encaixa no município. O segundo ponto ressaltado foi a questão do TIC (Trem Intercidades) face ao aumento da quantidade de veículos, por isso perguntou porque não estudar a possibilidade de estender o TIC para Ribeirão Preto e aqui servindo para receber as pessoas vindas do sul de Goiás e Minas Gerais, triângulo mineiro pegando o TIC com destino para a cidade de São Paulo, e descongestionando as rodovias paulistas. O convidado respondeu que o secretário Rafael Benini (Parcerias em Investimento) afirmou que o Estado volta a estudar novos trajetos para os trens de passageiros, que é natural esta discussão dos TIC (Trem Intercidades) concordando com a opinião do participante sobre a necessidade da pesquisa origem – destino. O vereador presidente Maraca informou que a questão da pesquisa origem – destino, foi discutida na segunda reunião com os técnicos da RP MOBI, querendo integrar a participação dos municípios da microrregião. O vereador membro Renato Zucoloto, ressaltou também a questão de utilizar o transporte férreo para o turismo incentivando o fomento das nossas cervejarias, utilizando a locomotiva Amália que foi restaurada para este objetivo. Retomando a palavra o vereador presidente fez os agradecimentos finais, principalmente o convidado Caio Luz. Assim, nada mais havendo a informar e deliberar, nem interessados em se manifestar, o vereador presidente da CEE encerrou a reunião às 16h:38min., sendo gravada em inteiro teor por mídia audiovisual que é parte integrante desta ata nos termos da Resolução Cameral nº46/2018 disponibilizada no canal <https://www.youtube.com/watch?v=jrsPQgsMeMI> e devidamente juntada aos autos. Eu, Luiz Fernando Peres () servidor designado, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos vereadores membros presentes na reunião, sendo a lista de presença documento integrante da respectiva ata.

ALESSANDRO MARACA
presidente

BRANDO VEIGA
vice-presidente

RENATO ZUCOLOTO
relator